

**ANTÓNIO RAMALHO EANES**

**PORTUGALIDADE**

*CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO*

**PORTO, 3 DE FEVEREIRO DE 2025**

Permitam-me, antes de mais, que apresente uma **explicação**, que julgo devida, ao Júri do Prémio da Fundação Ilídio Pinho e, também, uma **desculpa**, que admito dever-lhes.

A notícia da atribuição, generosa – tão generosa –, do Prémio da Fundação Ilídio Pinho chegou-me através do amigo, de longa data, o Dr. Carlos Magno, que prezo e admiro.

**Recusei**, então, liminarmente, o Prémio.

Perante a insistência e argumentação de Carlos Magno, aceitei transferir a minha decisão definitiva para o dia seguinte.

Voltaria a recusá-la, nessa altura, ouvindo, no entanto, a argumentação, pertinente, de Carlos Magno.

Decisão esta – a minha – e argumentação aquela – a de Carlos Magno – que tive ocasião de transmitir a minha mulher. Também ela, esclarecendo que me apoiava – mesmo na recusa – teceu considerações, algumas das quais iam no sentido da aceitação.

**Reflecti**, então, e **modifiquei a minha decisão**.

E, fi-lo, porque **não poderia admitir que as personalidades que constituem o Júri**, que muito prezo, **pudessem interpretar a minha decisão como manifestação de menos respeito** e de menos consideração pelas suas personalidades e acção.

Admito que **não poderia**, também, **deixar que o Eng<sup>o</sup> Ilídio Pinho tivesse dúvidas quanto ao meu juízo sobre o Prémio**, que instituíra para homenagear a memória do filho, que tão cedo partira, e, simultaneamente, homenagear o chão que o vira nascer, viver e partir.

Eu começara por recusar o Prémio, apenas porque, há cerca de dois anos, consciente da minha propecta **idade** e das limitações físicas e intelectuais, que ela acarreta, **decidira afastar-me** de tudo o que fossem participações públicas e **recusar todos os testemunhos públicos de deferência pessoal**. Decisão, esta, que cumprí, sempre que pude, tendo, até, recusado, a amigos muito próximos, manifestações públicas de apreço que pretendiam fomentar.

Tendo tentado cumprir esse desígnio, entendi, por razões de coerência e, até, para evitar mal-entendidos, que devia recusar o Prémio.

Acabei, no entanto, por **resolver aceitá-lo**, mas **recebendo, apenas, a sua expressão «espiritual»**: a medalha da autoria do nosso mui querido amigo Arquitecto Siza Vieira; **não aceitaria**, como tive ocasião de comunicar ao Dr. Carlos Magno, **a expressão pecuniária do Prémio**.

Desde muito cedo, vi morrer homens, em combate pelo País. E vi como a Pátria, financeiramente pobre, tratava os seus descendentes. Prometi, então, a mim mesmo, que **nunca receberia mais proventos que os que me eram devidos**

pela minha actividade profissional e funções exercidas. Promessa, esta, que mantive, mesmo quando, após o 25 de Abril, desempenhei, na RTP, as funções de Director de Programas e de Presidente do Conselho de Administração e, no Exército, as funções de Chefe do Estado-Maior do Exército, tenente-coronel então, graduado em general.

Foi este o meu debate interior e, **peço que me compreendam e desculpem.**

\*\*\*

Visa, ainda, este prémio – segundo me foi transmitido – reunir as reflexões dos premiados sobre o conceito de «PORTUGALIDADE». Receberam este prémio e, portanto, reflectiram, já, sobre este conceito, o Cardeal D. José Tolentino Mendonça e o Arquitecto Álvaro Siza Vieira, o que representa um desafio acrescido.

Tem tido, o conceito de **PORTUGALIDADE**, historicamente, diversas **definições**.

Aproximaria a minha definição mais daquelas que citarei no decurso desta, minha, reflexão.

Antes de Abril, citaria, como exemplo, as obras de Jaime Cortesão e António Sérgio:

- 1) Chegando a ser provocatório, **Jaime Cortesão** afirma, em 1955, que *“amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português”*<sup>1</sup>.
- 2) Já antes, em 1939, **António Sérgio** defendia a necessidade de uma **reforma cultural**, *“porque a actividade cultural é a que nos torna mais homens, mais conscientes da nossa dignidade e humanidade; a cultura consegue-se por um esforço racional interior, pela procura do pensamento crítico, antidogmático”*<sup>2</sup>.

E acrescenta António Sérgio que: *“Sempre que um típico intelectual lusitano tem por mira instruir-nos sobre determinado assunto, embrenha-nos na selva de uma introdução genérica, histórico-genético-filosófico-preparatória, cheia de cipoais onde se nos enreda o espírito e de onde nunca se avista a estrada recta e livre”*<sup>3</sup>. Espero não ser esse, hoje, o meu caso...

---

<sup>1</sup> CORTESÃO, Jaime – *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. 1955. p.17. Cit. In. FRANCHETTI, Paulo – *Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português - uma apresentação de Jaime Cortesão, Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces* [vol.2], v. 16, n. 18, 2001. p.266

<sup>2</sup> SÉRGIO, António – *Cultura. Síntese*, Coimbra, ano I, nº1, 1939, p. 30. Cit. In. MOTA, Carlos – *António Sérgio e a cultura em Portugal. Errâncias do imaginário...* Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2015. p.5

<sup>3</sup> SÉRGIO, António – *Considerações sobre o problema da Cultura. Ensaios*, Tomo III, p. 32. Cit. In. MOTA, Carlos – *António Sérgio e a cultura em Portugal*. p.77

Várias foram, depois, as **obras emblemáticas** que manifestaram a preocupação de estudar a identidade portuguesa, de modo a iluminar caminhos e sentidos para a construção da jovem **democracia**.

Citarei, ilustrativamente, **cinco** dos **grandes autores** que dedicaram trabalho de vulto ao estudo do que somos, como somos e do caminho que deveríamos seguir:

- Logo em Maio de 1974, poucos dias após o 25 de Abril, o Padre **Manuel Antunes** publica, na revista *Brotéria*, um texto intitulado “Repensar Portugal”, que seria, depois, publicado em livro, juntamente com outros textos, em 1979.

Nesse texto, reconhece que “A nossa história multiseular de Povo independente é feita de espaços de **continuidade** e de espaços de **ruptura**, de períodos de deterioração e de períodos de recuperação, de anos de sonolência e momentos de crítico despertar, de estados de descrença e de instantes largos de esperança”<sup>4</sup>.

- Em 1978, **Eduardo Lourenço** publica o *Labirinto da Saudade*, em que conclui que a imagem ideal que temos de nós, Portugueses, era desadequada da realidade, sendo necessário, para progredir, olhar, criticamente, o que somos e fazemos, repensando o destino, a longo prazo, como vontade, e enquadrando Portugal na Europa e no mundo.
- **António Quadros** e **Agostinho da Silva** recuperam “a cultural herança do Portugal Imperial e da utopia do quinto-imperialismo inerente à projecção de Portugal no mundo (...) valorizando o eixo cisatlântico no quadro do reajustamento da sua centralidade geográfica”<sup>5</sup>.
- Mais recentemente, “**José Gil** (...) tem feito uma radiografia sagaz da mentalidade portuguesa”<sup>6</sup>.

São vários, pois, os autores que estudaram, aprofundadamente, e reflectiram, sobre o que torna o povo português distintivo.

Associado ao conceito de PORTUGALIDADE está, naturalmente, o conceito de «**nação**», que é uma realidade transtemporal.

Pertencem à mesma «nação» todos os que perfilham uma dada **cultura**, que, afectivamente, se consideram como seu corpo tradicional (elementos de uma história comum), que dela se consideram legítimos herdeiros e usufrutuários e, por ela, e pela sua configuração e pelo seu desenvolvimento, se consideram responsáveis, sobretudo em legá-la, económica e socialmente, mais desenvolvida e personalizada às gerações que lhes venham a suceder.

---

<sup>4</sup> ANTUNES, Manuel – *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 2005. p.37

<sup>5</sup> FRANCO, José Eduardo (Pref.). In. ANTUNES, Manuel – *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 2005. p.13

<sup>6</sup> FRANCO, José Eduardo. p.13

O conceito de «nação» é uma realidade **aberta**, que não exige um território próprio, um Estado particular, nem sequer uma ligação de sangue, embora estes sejam factores de relevo. Exige, só, que se adopte, ou eleja, uma cultura e uma educação (no sentido «rousseauuniano» de permanente crescimento perfectibilizante), isto é, uma educação que seja veículo e estímulo de criação cultural.

Uma «nação» é, pois, e em síntese, um conjunto de valores e de pessoas que são herdeiras ou que adoptaram uma **cultura**, que assimilaram uma cultura. Cultura, esta, que implicará, sempre, uma certa visão do passado humano e de diversidade das interpretações do mundo e da vida; uma certa simpatia profunda com uma fonte de sentimentos, de ideais e de emoções que a literatura expressa – e a história relata – e veicula um certo contacto com as outras artes, tão extensas e admiravelmente povoadas de símbolos, mitos e alegorias.

Ora, o processo de formação das nações, da sua **personalidade**, é um **processo integradamente contínuo**.

A **personalidade de uma «nação»** é constituída a partir de uma multiplicidade de contribuições interactivas, em que o predomínio privilegiado cabe ao tipo humano (como se gerou, evoluiu, estabilizou), ao meio físico (o território e suas características), às vizinhanças envolventes (fronteiras com povos e fronteiras marítimas) e, sobretudo, ao seu **projecto colectivo de vida em comum** (enraizado na história e partilhado com sentido e mobilizado interesse, material e moral, vivido como aventura de presente e futuro).

É este um processo **dinâmico**, que, a cada momento, se desenvolve, pela **vontade** dos seus naturais e pela dinâmica dos **vínculos**, inconscientes, também, como os que resultam dos caracteres comuns da cultura, material e espiritual, expressos nas mesmas soluções tecnológicas, nas mesmas instituições sociais, nos mesmos sistemas colectivos de valores e contravalores.

Da **gênese** e da **perdurabilidade** das nações, da sua independência, resulta, pois, não só uma situação política, mas, também, cultural e psicológica, que acentua a “identidade e a diferença”, que melhor permite reconhecer “semelhantes e estranhos”, configurando, distintivamente, também, o carácter nacional.

No fundo, a PORTUGALIDADE – ou seja, o conjunto de **traços distintivos** que identificam a «nação» comum dos Portugueses – é feita de todos os **aspectos que maior importância terão tido** ao longo dos séculos.

E essa **distintividade** portuguesa foi gerada por factores de índole étnica, geográfica, técnica e sociocultural:

- 1) O Homem português originário foi moldado na **miscigenação** étnico-cultural, verificada no seu **território geográfico**.

Somos, pois, um povo de povos. Passámos pela Romanização, pelo Cristianismo, pela Invasão Muçulmana. E herdámos, em todos estes movimentos, a capacidade de intercomunicar com os outros povos, de

que é exemplo paradigmático a *Carta de Achamento do Brasil*.

2) As “**dinâmicas de longa duração e invariâncias geopolíticas**”<sup>7</sup> durante séculos contribuíram, também, para essa distintividade:

- A **pequenez territorial** e a **escassa aptidão agrícola**, somadas à credível e sentida **ameaça unificadora de Castela**<sup>8</sup> levaram Portugal à consciência de que esta “*nesga de terra / Debruada de mar*”<sup>9</sup> (nas palavras de Miguel Torga) não bastava económica e geopoliticamente e, portanto, a voltar-se para o exterior.

Procurou, pois, Portugal, fora a sustentação para a sua economia e protecção militar para resistir à ameaça espanhola.

- Assim, para se viabilizar economicamente, recorre Portugal à **solução imperial**, que persegue com afinco estratégico. Num “*Estado onde todos os planos e projectos foram efémeros e provisórios e nunca excederam o tempo de uma geração*”<sup>10</sup> (como afirma José Hermano Saraiva), o **projecto imperial** foi reformulado, várias vezes, por razões geoeconómicas ou geopolíticas, e manteve-se como grande propósito nacional até ao último quartel do século XX.
- Este quadro evolutivo institucional, que Portugal bem soube prever e aproveitar, proporcionou relativa serenidade à **segurança geoestratégica** portuguesa, o que teve **influência** decisiva na vida, no **subconsciente nacional**; enfim, nos **traços configuradores da personalidade nacional**.

Momentos houve, também, na nossa história, que constituíram “**espaços de ruptura**”<sup>11</sup>. Foi o caso, em 1496, quando D. Manuel I determinou, primeiro, a expulsão dos judeus e, depois, a sua conversão, forçada, ao Cristianismo – e, como tal, a tornarem-se, nas palavras de Francisco Bethencourt, “**estranhos na sua terra**”<sup>12</sup> –, o que **quebrou a unidade diferencial identitária** do Povo.

Foi, esta, uma **fractura com marcas duradouras na identidade** portuguesa, que terá determinado uma **superdefesa «imunitária»** relativamente aos outros (traduzida na intolerância religiosa, no chauvinismo ideológico, na tendência para viver segundo a aparência) e gerado, como afirma José Gil, uma

---

<sup>7</sup> CHAUPRADE, Aymeric; THUAL, François – *Dictionnaire de Géopolitique*. S.l.: Ellipses: 1998. p.5

<sup>8</sup> O “eterno dilema da sua história geopolítica: aliar-se a Inglaterra para não ser absorvido por Espanha”. CHAUPRADE, Aymeric; THUAL, François – *Dictionnaire de Géopolitique*. p.318

<sup>9</sup> TORGA, Miguel – *Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007. p.9

<sup>10</sup> SARAIVA, José Hermano – *História Concisa de Portugal*. 3ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1979 (Saber, 123). p.133

<sup>11</sup> ANTUNES, Manuel – *Repensar Portugal*. p.37

<sup>12</sup> BETHENCOURT, Francisco – *Estranhos na sua Terra – Ascensão e queda da elite mercantil cristã-nova (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Temas e Debates, 2024

“superidentidade omnipresente”<sup>13</sup>.

Durante o **projecto imperial**, o Estado **voltou costas ao País interior**, transmitindo a ideia de que **Portugal** devia entender-se “*como um espaço pluricontinental, no qual Portugal [o chão português] não era «a melhor e mais essencial Parte»*”<sup>14</sup>, e aqui radicará a **génese da subconsciencialização colectiva** de que **o trabalho não tem merecimento em Portugal** e de que só tem valor fora do País.

Surpreendentemente, a **queda do império africano**, em 1974, que **encerrou**, dramaticamente, o ciclo do império português, terminou **sem abalo nacional**.

Como diz Eduardo Lourenço, “*Um acontecimento tão espectacular como a derrocada de um «império» de quinhentos anos, cuja «posse» parecia coessencial à nossa realidade histórica e mais ainda fazer parte da nossa imagem corporal, ética e metafísica de portugueses acabou sem drama*”<sup>15</sup>.

Assim (e, citando ainda Eduardo Lourenço), Portugal viu-se, “*de súbito, reduzido à estreita faixa atlântica que nunca nos bastou*”<sup>16</sup>.

Contudo, **não sentimos necessidade de reflectir** sobre nós, a nossa situação, os nossos meios, o nosso futuro, procurando um novo e alternativo projecto sugestivo de vida em comum. Como anteriormente criticara Raul Brandão: “*Os maiores dramas passam-se porém no silêncio*”<sup>17</sup>.

**Impunha-se**, como nunca, que, como disse Mouzinho da Silveira (aquando da independência do Brasil), fossemos capazes de “*realizar [aqui] no trabalho os meios de vida que [Portugal] tinha nas colónias*”<sup>18</sup>; enfim, proceder à “**recriação de Portugal por Portugal**”<sup>19</sup>.

Alguns autores concluem que a **nostalgia**, subconsciente, **dos mitificados edens** imperiais **retirou**, aos Portugueses, **capacidade para viverem**, com ousada criatividade, os desafios e as oportunidades **do presente** e os levou à **passividade**, traduzida em olhar os «ontens», que não voltam, e em sonhar novos milagres, que jamais chegarão. Ou, como disse, Miguel Torga, na sua obra *Portugal*: “*Enquanto os vizinhos da Europa, sem descanso, continuaram a ser pioneiros nas empresas que a vida lhes confiava, nós, enxutos da grande maratona oceânica, ficámos em cima da penedia a ver passar ao longe, a*

---

<sup>13</sup> GIL, José – *Em Busca da Identidade – o desnorte*. Lisboa: Relógio D’Água, 2009 (col. Argumentos). p.20

<sup>14</sup> D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Cit. In. RAMOS, Rui (Coord.) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. p.432

<sup>15</sup> LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978. p.46

<sup>16</sup> LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*. p.49

<sup>17</sup> BRANDÃO, Raul – *Húmus*. Porto: Book Cover Editora, 2020. p.49

<sup>18</sup> SARAIVA, José Hermano – *História concisa de Portugal*. 3ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1979 (Saber, 123). p.331

<sup>19</sup> ANTUNES, Manuel – *Obra Completa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. Tomo II: *Paideia*: Educação e Sociedade. p.3

*fumegar, as embarcações alheias, e a cantar, ao som duma guitarra, loas à fatalidade*<sup>20</sup>. E **esquecemos** que, **de Portugal**, bem “**podiam partir (...), já não as caravelas impossíveis do passado, mas os veleiros possíveis do presente**”<sup>21</sup>.

Este comportamento, grave, ter-nos-á **impedido de**:

- **Bem perceber o nosso atraso** e suas razões genéticas;
- **Correctamente inventariar** os nossos recursos e distintividades económicas;
- **Realisticamente desenhar** e prosseguir um percurso com os recursos disponíveis e disponibilizáveis;
- **Desenhar** um esperado **futuro** de modernização e desenvolvimento;
- **Perceber o mundo exigente** que se anunciava;
- Considerar que **não** dispúnhamos de uma **burguesia intelectual** e capitalizada, esclarecida, cosmopolita, ousada e competente, e que cabia, excepcionalmente, ao Estado, como, por vezes, se tentou, estabelecer condições e incentivos, executáveis, para a criar;
- Investir num **sistema educativo** que pusesse termo à iliteracia;
- Em suma, de nos confrontarmos com a **nossa realidade**.

Verificou-se, pois, uma vez mais, o “**mais genérico comportamento nacional** [– segundo Eduardo Lourenço –], o **de viver mais a sua existência do que compreendê-la**”<sup>22</sup>. E nesta falta de reflexão, profunda e generalizada, radica, ainda segundo Eduardo Lourenço, o “**irrealismo prodigioso da imagem que os portugueses fazem de si mesmos**”<sup>23</sup>.

Não nos empenhámos, pois, numa efectiva reforma da nossa mentalidade. E, assim, Portugal continuou a ser o que já era desde o século XVIII: um **País de desenvolvimento intermédio**.

Infelizmente, as palavras do Padre **Manuel Antunes**, em 1979, em “Repensar Portugal”, permanecem, pungentemente, actuais: “*Urge que se opere uma verdadeira palingenesia através de uma nova **educação**, capaz de «aprender a conjugar o realismo político e a esperança», pois «é necessário saber trocar a aventura mercantil pela aventura do espírito», capaz de **prevenir os «sebastianismos endógenos» e os «imitacionismos exógenos», isto é, capaz de dar a Portugal um caminho próprio, natural, que permita a assunção***”

---

<sup>20</sup> TORGA, Miguel – *Portugal*. p.99

<sup>21</sup> TORGA, Miguel – *Portugal*. p.97

<sup>22</sup> LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*. p.69

<sup>23</sup> LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade*. p.19



**plena da sua identidade e do seu modo de estar e viver no mundo**<sup>24</sup>.

A importância da **educação** evidente se torna quando se sabe que só ela, e com ela, se pode e deve ambicionar, virtuosamente, a “*toda a aquisição, transmissão, renovação e criação de ideias, de comportamentos, de formas e símbolos expressivos*”<sup>25</sup>. Na verdade, a **educação**, e só ela, pode e deve ser “**o reflexo e o projecto de uma cultura**”<sup>26</sup>, alicerce distintivo de uma nação. Notório é, também, o seu efeito sobre a produtividade<sup>27</sup>.

E, a propósito, estranhei, **recentemente**, não ver um grande debate nacional – nos órgãos de soberania nem na comunicação social – (mas que, admito, porém, ter-me escapado) perante o grande «terramoto» que seria de esperar face à divulgação dos **resultados** do Programa para Avaliação Internacional de Competências de Adultos, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que pôs a descoberto que “*Os portugueses ficam (...) na cauda da tabela em todos os três grandes parâmetros avaliados: **literacia, numeracia e resolução adaptativa de problemas**. Quando considerados os três domínios em conjunto, verifica-se que **uma elevada percentagem (30%) dos adultos em Portugal obtiveram em todos eles pontuações nos dois níveis mais baixos das escalas de proficiência, quando a média da OCDE se fica pelos 18%***”<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> FRANCO, José Eduardo. p.21

<sup>25</sup> ANTUNES, Manuel – *Obra Completa*. p.153

<sup>26</sup> ANTUNES, Manuel – *Obra Completa*. p.153

<sup>27</sup> “«Mais educação» comporta, pois, a prazo, um impacto directo em «mais produtividade»; cada ano de instrução primária aumenta, em média, em 13% o valor do trabalho que é executado, e cada ano no ensino secundário ou no ensino superior contribui para 6,8% desse valor; em Portugal, segundo um estudo recente publicado no *Boletim Económico* do Banco de Portugal em Março de 2004, as taxas de rentabilidade do investimento em educação no ensino superior são de cerca de 15%.” OLIVEIRA, Raul Galamba de et ali. – *Conquistar o futuro da Europa – Uma perspectiva estratégica*. Cascais: Principia, 2005. p.100

<sup>28</sup> “Não é um bom retrato sobre as competências dos adultos portugueses. Pelo contrário. Dos 31 países que participaram no Programa para Avaliação Internacional de Competências de Adultos (PIAAC), promovido pela OCDE, Portugal só ficou à frente de um, o Chile, e bem abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Os portugueses ficam, de resto, na cauda da tabela em todos os três grandes parâmetros avaliados: literacia, numeracia e resolução adaptativa de problemas. Quando considerados os três domínios em conjunto, verifica-se que uma elevada percentagem (30%) dos adultos em Portugal obtiveram em todos eles pontuações nos dois níveis mais baixos das escalas de proficiência, quando a média da OCDE se fica pelos 18%. De resto, Portugal é um de onze países (com Chile, Croácia, França, Hungria, Israel, Itália, Coreia, Lituânia, Polónia e Espanha) que apresentam desempenho consistentemente abaixo da média da OCDE em todos os domínios de competências. No topo, Finlândia, Japão, Suécia, Noruega e Países Baixos são os países com melhor desempenho nos três domínios avaliados (...). (...) Na literacia, 42% dos adultos portugueses pontuaram no nível 1 ou abaixo (numa escala de 0 a 5) – bem acima da média da OCDE (26%) -, o que significa que (...) [apenas] «conseguem entender textos curtos e listas organizadas quando a informação está claramente indicada, localizar informações específicas e identificar conexões relevantes». (...) No domínio da numeracia, 40% dos adultos portugueses obtiveram resultados iguais ou inferiores ao nível 1 de proficiência (a média da OCDE é de 25%). Segundo o relatório, «no nível 1 de numeracia as pessoas adultas são capazes de fazer cálculos básicos com números inteiros ou dinheiro, compreender o significado das casas decimais e encontrar trechos de informação em tabelas ou gráficos» (...). Na resolução de problemas, o estudo da OCDE mostra que 42% dos adultos portugueses obtiveram resultados iguais ou

Para além da educação (e, naturalmente, da economia), há outras áreas **indispensáveis** ao **funcionamento democrático** e à **modernização** do País. São elas a **Informação**, a **Cultura** e a **participação cívica**.

Parece-me evidente que, quando a **informação** é veraz, oportuna, aberta ao País e ao mundo, **prolonga a educação**; quando apresenta ao País os seus líderes, os retrata com fidelidade e dá conta, ao País, das suas actividades, contribui para o esclarecimento democrático; quando **apresenta o País** ao País, e ao País o mundo, a cultivar está a **cidadania** e a **liberdade**, e a assegurar o desenvolvimento social e económico.

Quanto à **cultura**, podemos considerar que esta é “*a própria alma de um povo, a expressão de um «querer viver» em conjunto, para além das inevitáveis diferenças de convicções, de referências e de gostos, que lhe dão, aliás, o seu sentido, a sua dinâmica e a sua fecundidade*”<sup>29</sup>. Assim sendo, a cultura é – deve ser –, ao mesmo tempo, “*uma herança, um património e um projecto em benefício [de todos ou] do maior número de pessoas*”<sup>30</sup>.

**Educação, informação, cultura e cidadania** permitirão, aos Portugueses, a **verdadeira modernidade**, numa **conciliação**, até hoje nunca conseguida, **das três dimensões do tempo histórico nacional – passado, presente e futuro**.

Para que o processo democrático se não reduza à sua configuração e expressão, formais – indispensáveis, é certo –, mas, antes, se substantive e se desenvolva, **necessário será que os cidadãos se empenhem**, em permanência, **em ampliar a sua educação**, em **umentar a sua cultura** e em **exigir uma informação responsável e autónoma**, que os mantenha esclarecidos sobre o acontecer público, e que, neste, participem sistematicamente. E que se empenhem, também, em **produzir um trabalho profissional de qualidade** e em desenvolver uma **participação política sistemática** de assumida **responsabilidade social**.

E **necessário será**, também, que o **Estado** cumpra o seu papel de **servir a sociedade** e **pugnar pelo Bem Comum**, respondendo às necessidades da população. Para tal, importaria estabelecer um **programa de reforma económica, política e social**, pactado com **suficiência partidária e social**, a **longo prazo**, e cuidado realismo, interno e externo, para definir um **novo rumo estratégico para Portugal**. Sei que não é um trabalho fácil, especialmente no actual quadro de globalização e integração na União Europeia. Estes são factores que afectam, de forma decisiva, a nossa PORTUGALIDADE, condicionando, inclusivamente, a nossa identidade. Mas sei, também, que é um

---

inferiores ao nível 1 de proficiência (média da OCDE: 29%). Neste domínio, «os adultos no nível 1 conseguem resolver problemas simples com poucas variáveis e pouca informação acessória e que não se alteram à medida que se avança para a solução. Têm dificuldade em resolver problemas com várias etapas ou que exijam a monitorização de múltiplas variáveis». FRIAS, Rui – Adultos portugueses são dos que têm menos competências na OCDE. *Diário de Notícias*. 10 Dez. 2024

<sup>29</sup> SCHUMAN, Robert – Discurso no seminário “Diversidade e cultura na Europa”, Riga, 6 Nov. 2008

<sup>30</sup> SCHUMAN, Robert – Discurso no seminário “Diversidade e cultura na Europa”, Riga, 6 Nov. 2008

trabalho indispensável e urgente.

É com **realismo** que devemos **aproveitar todos os nossos recursos e potenciar todas as oportunidades** que se nos oferecem, ou que o nosso engenho possa criar.

E o primeiro passo é olhar para o futuro.

E, nesse olhar, não se pode deixar de incluir o vasto espaço marítimo de Portugal, com tudo o que ele implica, em matéria de responsabilidades e de potencialidades<sup>31</sup>.

**“Para converter este potencial em realidade, Portugal deve desenvolver um plano nacional integrado e ambicioso. (...) Portugal tem tudo para ser uma potência marítima do século XXI”**<sup>32</sup>. Importaria, talvez, recuperar o repto do poeta Sebastião da Gama: **“Povo anémico e triste, / (...) Vai-te de novo ao Mar!”**<sup>33</sup>

Um povo, qualquer povo, mas, neste caso, o nosso, se alijar os seus defeitos e potenciar as suas qualidades, **pode**, ainda, construir, com realismo e objectivos claros, o futuro que deseja e merece, e não o que acontece por força das circunstâncias. Um futuro com sentido e com propósito estratégico.

Mas, para além de instrumentos e meios, é absolutamente determinante o QUERER. E, permitam-me que realce a vontade, o empenho, o querer, de todos, mas, todos, os Portugueses.

Como nos diz Miguel Torga:

**«Somos nós que fazemos o destino.**

*Chegar à Índia ou não*

*É um íntimo desígnio da vontade»*<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Como escreveu, em crónica recente, um consultor estratégico: **“Dos Descobrimentos à Nazaré, existe uma longa história de **ambição e sucesso** que liga Portugal ao mar. (...) [Portugal pode tornar-se] uma referência marítima global com base em ciência, inovação e sustentabilidade. (...) com a quinta Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Europa, Portugal dispõe de vastas áreas marítimas para explorar (...). Apesar destes trunfos, falta a Portugal uma visão estratégica clara.”** ESGALHADO, Bruno – A nova onda gigante que Portugal tem de surfar. *Público*, 16 Dez. 2024. 8. E, segundo o Prof. Daniel Traça, falta, também, ambição. Cf. TRAÇA, Daniel – *Ambição: Preparar Portugal para a geração mais bem preparada*. Lisboa: Oficina do Livro, 2024

<sup>32</sup> ESGALHADO, Bruno – A nova onda gigante que Portugal tem de surfar. *Público*, 16 Dez. 2024. 8

<sup>33</sup> GAMA, Sebastião da – *Cabo da Boa Esperança*. Lisboa: Portugália Editora, 1947. p.45

<sup>34</sup> TORGA, Miguel - “Vasco da Gama”. *Poemas Ibéricos. Edição do Autor*, 1965. p.44